

BTCU

Especial

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 44 | nº 22 | Terça-feira, 08/07/2025

Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2025-2027

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Vice-Presidente

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES

BENJAMIN ZYMLER

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

BRUNO DANTAS

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

MARCOS BEMQUERER COSTA

WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO

PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA

segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União especial - Ano. 37, n. 24 (2018)- . Brasília:
TCU, 2018- .

Irregular.

Continuação de: Boletim do Tribunal de Contas da União Administrativo Especial.

1. Ato administrativo - periódico - Brasil. I. Brasil. Tribunal de Contas da União
(TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa





PDTI

Plano Diretor de Tecnologia da Informação

*Inovação que une
Instituições, pessoas,
processos e a
experiência do
Cidadão.*



PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA

PDTI

Plano Diretor de Tecnologia
da Informação

2025 - 2027

Estratégia que conecta nossos objetivos institucionais, a inovação tecnológica e a experiência do cidadão. Neste documento, apresentamos com detalhes as prioridades da área tecnológica em alinhamento com a Organização.

Sumário

Contextualização	8
Prioridades de Gestão - Visão de TI	10
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação	12
Tomada de decisão baseada em dados	16
Ampliação e Universalização do uso da Inteligência Artificial	20
Nuvem Pública - Transformação cultural e operacional	25
Garantia da continuidade e segurança de TI	29
Relacionamento com Instituições e com o Cidadão	33
Indução de Iniciativas Inovadoras	37
Excelência na Gestão de Pessoas e Talentos	41
Protagonismo Internacional	45
Gestão Unificada da Processualística	48
Evolução do Ecossistema de Fiscalização	53
Estimativa do Portfólio Orçamentário	58
Portfólio de Indicadores	59
Portfólio de Indicadores	60
Indicadores	61
Indicadores Gerenciais	63

Contextualização

Este documento apresenta o **Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)** do **Tribunal de Contas da União (TCU)** para o período de **2025 a 2027**, em conformidade com a Resolução-TCU nº 303, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão Digital e de Tecnologia da Informação (PGTI).

O PDTI tem como finalidade definir diretrizes e prioridades da área de tecnologia da informação em alinhamento com os objetivos estratégicos do Plano Estratégico do TCU (PET-TCU 2023–2028) e do Plano de Gestão 2025–2027. Trata-se de um instrumento tático fundamental para assegurar que a TI contribua efetivamente para a modernização institucional, a entrega de valor público e o fortalecimento do controle externo.

Sua elaboração contou com ampla participação das unidades finalísticas do Tribunal, assegurando que as iniciativas tecnológicas estejam conectadas às necessidades operacionais e estratégicas das áreas de negócio. O processo colaborativo resultou em um plano robusto, orientado à entrega de resultados concretos, otimização de recursos e superação de desafios estruturais, por meio da transformação digital.

Adotando a metodologia de gestão por Objetivos e Resultados-Chave (OKRs), o PDTI organiza suas ações em dez temas estratégicos, estruturados com escopos definidos, metas qualificadas, indicadores mensuráveis (KRs e KPIs) e mecanismos de acompanhamento sistemático. Essa abordagem fortalece o alinhamento entre planejamento e execução, promove a integração entre áreas técnicas e finalísticas e potencializa o impacto institucional das iniciativas de TI.

Além disso, o plano integra os instrumentos de planejamento institucional ao posicionar a tecnologia como elemento estruturante para a geração de valor público. A TI apoia decisões baseadas em evidências, viabiliza ações mais tempestivas e impulsiona a inovação em processos, produtos e serviços voltados à sociedade. Assim, consolida-se como alavanca estratégica para a execução das políticas institucionais, garantindo que os investimentos tecnológicos estejam alinhados aos resultados esperados pelas áreas de negócio.

O PDTI 2025–2027 também reconhece a importância de uma cultura orientada por dados, pela segurança da informação e pela melhoria contínua. A atuação da TI é transversal e estratégica, impulsionando temas como inteligência artificial, sustentabilidade tecnológica, engajamento cidadão, excelência na gestão de pessoas e protagonismo internacional.

Dessa forma, o PDTI reafirma o papel da tecnologia da informação como vetor de transformação institucional do TCU. Ao conjugar visão de longo prazo com ações táticas bem definidas, consolida-se como ferramenta essencial para o aprimoramento da atuação do Tribunal e para a entrega sustentável de valor público à sociedade brasileira.

Este documento apresenta as prioridades definidas agrupadas pelos temas priorizados para este biênio, a previsão orçamentária e os indicadores de desempenho para acompanhamento. Está estruturado em duas partes: a primeira aborda a contextualização institucional e metodológica; a segunda apresenta os objetivos, metas, resultados-chave, estimativas orçamentárias e indicadores de desempenho para o período de vigência do plano.

Além dos elementos já descritos, pretende-se incluir, em anexo a este documento, os objetivos e resultados-chave (OKRs) voltados especificamente à **Gestão da continuidade e segurança de TI**, em razão da importância estratégica do tema para a resiliência dos serviços e a proteção das informações institucionais. A construção desses OKRs será realizada em conjunto com a equipe responsável pelo tema, assegurando o alinhamento com as diretrizes da gestão e com os requisitos estabelecidos pela Resolução-TCU nº 376/2025. Essa abordagem permitirá detalhar metas específicas, acompanhar a evolução dos esforços empreendidos e fortalecer a governança associada à segurança cibernética e à continuidade operacional dos serviços de TI no TCU.

Prioridades de Gestão - Visão de TI

A definição das prioridades da área de Tecnologia da Informação para o biênio 2025–2027 reflete o compromisso do TCU em utilizar a TI como vetor de transformação organizacional, integrando as diretrizes do Plano de Gestão aos desafios e oportunidades identificados na construção do PDTI. Com base na escuta das unidades da área de negócio e nas orientações estratégicas do Tribunal, foram priorizadas iniciativas voltadas à ampliação da entrega de valor público, com foco em inovação, resiliência, segurança e participação cidadã.

Neste período, a atuação da TI estará orientada por quatro grandes frentes de contribuição à estratégia institucional.

A primeira delas corresponde à **Diretriz 1 – Tribunal do Cidadão: Cidadão no Foco**. A TI será mobilizada para promover soluções que melhorem a experiência do cidadão no acesso às informações e serviços digitais do TCU. Isso inclui o desenvolvimento de sistemas mais intuitivos, a simplificação de interfaces, o fortalecimento da linguagem cidadã e a ampliação do uso de canais digitais acessíveis. A transformação digital orientada pelo usuário final constitui um dos eixos centrais da modernização dos serviços do Tribunal.

A segunda frente de atuação está associada à **Diretriz 2 – Tribunal do Cidadão: Participação Cidadã**. A TI terá papel estruturante na viabilização de ferramentas que ampliem e qualifiquem o controle social. Entre as ações previstas estão a ampliação de funcionalidades nos portais de participação, o uso de inteligência artificial para triagem de manifestações e o estímulo a formatos mais interativos e acessíveis, com vistas a fomentar a atuação colaborativa da sociedade no controle da administração pública.

A terceira frente refere-se à **Diretriz 3 – Diálogo Institucional**, que busca fortalecer a integração, a segurança e a fluidez dos fluxos de informação entre o TCU e atores estratégicos como o Congresso Nacional, redes de controle, tribunais de contas subnacionais e organismos internacionais. A interoperabilidade entre sistemas, a visualização de dados por meio de painéis multilíngues e a padronização de estruturas informacionais figuram entre as iniciativas prioritárias nesse eixo.

Por fim, a **Diretriz 4 – Pessoas no Centro** orienta a TI na valorização de servidores e colaboradores por meio da oferta de ferramentas digitais que favorecem o desenvolvimento, o engajamento e o bem-estar organizacional. Entre as ações previstas estão a consolidação de ambientes formativos virtuais, a automação de processos de gestão de pessoas, o uso de dados para subsidiar a gestão de competências e o apoio a iniciativas de escuta e inclusão institucional.

A incorporação dessas diretrizes ao planejamento da TI materializa-se em temas estratégicos como: resiliência dos serviços digitais, segurança da informação baseada em análise de riscos, ampliação do uso de dados para suporte à decisão, indução à inovação tecnológica e oferta de soluções simples, sustentáveis e integradas. Essas prioridades estruturam a atuação da área de tecnologia de forma coerente com os compromissos institucionais e reforçam seu papel como alavanca da transformação digital no TCU.

Todas essas diretrizes demandam a participação ativa da área de Tecnologia da Informação em projetos transversais e interdependentes, exigindo recursos e envolvimento contínuos para assegurar o suporte tecnológico necessário ao êxito das iniciativas. Sempre que a participação da TI for requerida, caberá às unidades envolvidas negociar com a área de tecnologia os ajustes necessários à alocação de recursos, assegurando a viabilidade da execução e a contribuição efetiva para o alcance dos objetivos estratégicos apresentados no Plano de Gestão

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Tribunal de Contas da União (TCU) para o biênio 2025–2027 é um instrumento tático que orienta o planejamento, a priorização e a execução das iniciativas de TI, em complemento ao Plano de Gestão institucional. Enquanto este define a direção estratégica da organização, o PDTI detalha como a área de TI contribuirá para o alcance de suas diretrizes e objetivos, por meio de ações estruturadas e alinhadas às necessidades das áreas de negócio.

No contexto do TCU, o PDTI reflete os compromissos da gestão com a entrega de valor público, a modernização dos serviços digitais, a segurança, a continuidade e a participação cidadã. Sua construção ocorreu de forma colaborativa, com intensa participação das unidades finalísticas, o que possibilitou a identificação de temas prioritários e o alinhamento às demandas reais enfrentadas no cotidiano do Tribunal. O plano fornece, assim, uma visão clara das necessidades de negócio relacionadas à tecnologia, orientando a alocação de recursos e a priorização de iniciativas.

Essas iniciativas fortalecem a geração de valor, aumentam a eficiência na resolução de problemas, promovem um controle externo mais efetivo e capacitam servidores e gestores para decisões estratégicas baseadas em dados confiáveis. Com uma abordagem tecnológica avançada, o TCU reforça seu papel como promotor de uma gestão pública moderna, responsável e comprometida com os valores estabelecidos no Plano Estratégico Institucional (PET).

Em consonância com o Plano de Gestão 2025–2027, a área de TI tem papel fundamental na implementação de soluções tecnológicas que aumentem a eficiência e a acessibilidade dos serviços públicos, alinhando-se à diretriz Tribunal do Cidadão – Cidadão no Foco, que busca colocar o cidadão no centro das ações do Tribunal. Também atua para viabilizar plataformas digitais de participação social, conforme a diretriz Tribunal do Cidadão – Participação Cidadã, que propõe transformar o cidadão em parceiro da melhoria dos serviços públicos.

Além disso, a TI é essencial para o aprimoramento da comunicação e da colaboração com partes interessadas estratégicas, como o Congresso Nacional e os Tribunais de Contas subnacionais, em alinhamento à diretriz Diálogo Institucional. Também apoia a diretriz Pessoas no Centro, ao oferecer soluções digitais que fortalecem iniciativas de inclusão, bem-estar e engajamento no ambiente institucional.

As prioridades da área estão organizadas segundo a metodologia de Objectives and Key Results (OKRs), agrupadas em dez temas estratégicos. Cada tema representa um eixo de atuação relevante para a evolução da tecnologia da informação no TCU, contendo metas claras, mensuráveis e orientadas a resultados. Esses temas foram definidos com base nas diretrizes da gestão e nas contribuições das áreas usuárias, refletindo a ambição de consolidar uma TI estratégica, proativa e integrada ao negócio institucional.

Os dez temas que direcionarão os trabalhos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Evolução Digital (Setid) no período são:

1. Tomada de decisão baseada em dados;
2. Ampliação e universalização do uso de Inteligência Artificial;
3. Nuvem pública – Transformação cultural e operacional;
4. Garantia da continuidade e segurança de TI;
5. Relacionamento com instituições e com o cidadão;
6. Indução de iniciativas inovadoras;
7. Excelência na gestão de pessoas e talentos;
8. Protagonismo internacional;
9. Gestão Unificada de Processualística;
10. Evolução do ecossistema de Fiscalização Digital do TCU.

Cada tema desdobra-se em objetivos, resultados-chave e indicadores de desempenho, compondo um mapa claro das entregas esperadas da TI ao longo do período. O foco está em promover uma atuação cada vez mais integrada à estratégia institucional, com responsabilidade sobre a sustentação de serviços críticos, a segurança da informação, a inovação e o suporte à transformação digital do Tribunal.

Além dos OKRs, o PDTI contempla a **Estimativa do Portfólio Orçamentário**, que apresenta os recursos financeiros necessários à execução das iniciativas previstas para o biênio. Essa estimativa é fundamental para o planejamento financeiro e a alocação eficiente de recursos, assegurando a viabilidade técnica e orçamentária das ações. Os valores são atualizados de acordo com a evolução da programação orçamentária do TCU e o ciclo de aprovação das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).

Outro componente essencial é o **Portfólio de Indicadores**. Ele reúne métricas estratégicas e operacionais que subsidiam o monitoramento, a avaliação e os ajustes necessários à efetividade dos serviços de TI. Com base nesses dados, a gestão da Setid pode tomar decisões mais qualificadas, acompanhar tendências e assegurar o alinhamento contínuo com os objetivos institucionais.

Em suma, o PDTI do TCU vincula a atuação da área de TI aos objetivos estratégicos da instituição. Desenvolvido de forma colaborativa com as unidades de negócio, o plano organiza-se em torno de OKRs distribuídos em dez temas estratégicos, complementados pela estimativa orçamentária e por um portfólio robusto de indicadores. Esses componentes asseguram uma gestão tecnológica eficiente, orientada a resultados e comprometida com a entrega de valor público à sociedade brasileira.

PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA

OKRs

Objetivos e Resultados-chave
organizados por Temas

TEMA 01

Tomada de decisão baseada em dados

Descrição

A tomada de decisão baseada em dados consolida-se como um dos pilares estratégicos do TCU, essencial para o aprimoramento da gestão, o fortalecimento do controle externo e a ampliação da entrega de valor público. O uso intensivo e qualificado de informações já é uma realidade consolidada em diversas áreas do Tribunal, como demonstram soluções estruturantes em operação — a exemplo do LabContas, do Observatório do Controle (ePP) e do e-Dados. O que se propõe, portanto, é reforçar, integrar e expandir uma estratégia já bem-sucedida, ampliando sua capilaridade, sustentabilidade e governança.

Sob a ótica da tecnologia da informação, a atuação da TI está diretamente associada à sustentação de ambientes seguros, ao provimento de infraestrutura tecnológica adequada e à manutenção de soluções que viabilizam a coleta, o processamento, o armazenamento e o uso inteligente das informações. Isso envolve a garantia de interoperabilidade entre sistemas, a integridade dos registros, o reuso estruturado e o acesso oportuno por parte dos usuários estratégicos.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de criação de um Comitê de Dados, integrado pela unidade gestora do LabContas, consoante a Portaria TCU nº 102/2020, e demais instâncias de governança de informação do TCU, com papel articulador das iniciativas relacionadas à gestão da informação institucional. Esse comitê terá como função alinhar diretrizes, propor padrões técnicos e semânticos, promover o reuso de dados e sugerir melhores práticas de segurança e qualidade da informação. Atuará como instância de articulação entre áreas técnicas, núcleos de dados e unidades de negócio, fomentando sinergia e inteligência na gestão da informação em toda a instituição. A proposta é concentrar no comitê ações hoje dispersas, com foco menos em competências formais e mais em seu papel de coordenação estratégica.

Também será promovida a integração e interoperabilidade entre sistemas externos, soluções corporativas e repositórios analíticos, com o objetivo de reduzir sobreposições, lacunas e inconsistências. A consolidação de uma visão unificada e confiável da informação institucional permitirá ampliar a qualidade das análises, a rastreabilidade das evidências e a agilidade na produção de diagnósticos.

A harmonização de práticas, políticas e curadorias será essencial sob uma lógica coordenada de qualidade, sustentabilidade e segurança da informação.

A infraestrutura tecnológica de dados, tanto física quanto lógica, também será uma prioridade no próximo biênio. A TI atuará como provedora de ambientes seguros, escaláveis e interoperáveis, capazes de sustentar o ciclo completo de vida dos dados — da coleta à disseminação — assegurando a continuidade e a evolução das soluções já existentes.

Por fim, o fortalecimento da cultura analítica e da capacitação institucional será promovido por meio da adoção de ferramentas analíticas avançadas — como painéis interativos, mecanismos de alerta, automações e aplicações de inteligência artificial — e do estímulo à formação contínua de servidores em competências voltadas à análise e uso estratégico de dados, especialmente nas áreas de auditoria e gestão.

Ao consolidar essas ações, o TCU reforça sua posição como uma organização orientada por dados, com capacidade ampliada para gerar diagnósticos céleres, fundamentar decisões com maior segurança e transparência e aprimorar a efetividade da gestão pública. O fortalecimento da infraestrutura, da governança e da coordenação institucional nesse tema constitui não apenas uma diretriz do PDTI, mas uma condição essencial para a sustentabilidade de toda a estratégia de dados do Tribunal.

Escopo do Tema - Síntese

Criação de um Comitê de Dados

- Instituição de instância coordenadora com foco estratégico na articulação das iniciativas de dados, responsável por alinhar diretrizes, propor padrões técnicos e semânticos e melhoras práticas de qualidade, curadoria e segurança de informação.
- Visa concentrar ações hoje dispersas, com foco menos em competências formais e mais em coordenação institucional.

Integração e Interoperabilidade

- Ampliação da integração entre sistemas externos, corporativos e repositórios analíticos.
- Redução de lacunas, sobreposições e inconsistências.
- Consolidação de uma visão unificada e confiável da informação institucional.

Governança de Dados Sustentável

- Harmonização de práticas, políticas e curadorias de dados.

Infraestrutura Tecnológica de Dados

- Expansão da capacidade técnica, física e lógica da TI para sustentar a estratégia de dados.
- Garantia de ambientes seguros, interoperáveis e escaláveis.
- Apoio contínuo às soluções já consolidadas, com foco na sustentabilidade e evolução da arquitetura de dados.

Cultura Analítica e Capacitação

- Estímulo ao uso de ferramentas analíticas avançadas: painéis interativos, alertas, automações e IA.
- Formação contínua dos servidores em competências analíticas e uso estratégico dos dados.
- Disseminação da cultura de decisão orientada por dados nas áreas de auditoria e gestão.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none">□ Estruturar as bases institucionais para o uso efetivo de dados na gestão administrativa do TCU, por meio do fortalecimento da governança das informações sob responsabilidade da TI e da articulação com as unidades finalísticas	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, consolidar proposta de modelo integrado de governança de dados institucionais, com participação ativa das unidades interessadas, incorporando diretrizes de transparência e tecnologias emergentes (como IA e nuvem).□ KR2: Até junho de 2026, obter aprovação do modelo de governança de dados institucionais, com a participação ativa e o consentimento das principais unidades do TCU envolvidas na gestão e uso da informação.□ KR3: Até junho de 2026, alcançar ao menos 50% de adoção efetiva do modelo de governança de dados institucionais, entre as unidades do TCU, com avaliação positiva (nota ≥ 4 em 5) por parte de usuários estratégicos
<ul style="list-style-type: none">□ Prover, manter e evoluir o ambiente computacional, com o objetivo de fortalecer a capacidade do TCU e de órgãos parceiros de desenvolver ações de controle mais eficientes e eficazes com o uso estratégico de dados analíticos.	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, definir, em conjunto com a unidade gestora do LabContas, 100% dos níveis de serviço e critérios de priorização para a internalização de dados.□ KR2: Até julho de 2026, prover e manter ambiente computacional adequado para adaptar 100% das soluções analíticas corporativas ao modelo de governança do LabContas.

TEMA 02

Ampliação e Universalização do uso da Inteligência Artificial

Descrição

A Inteligência Artificial (IA) desponta como um dos pilares da transformação digital no Tribunal de Contas da União (TCU), representando uma oportunidade estratégica para aprimorar a inteligência institucional, a eficiência operacional e a entrega de valor público. No contexto do PDTI 2025–2027, a IA é compreendida como uma tecnologia transversal, capaz de ampliar a capacidade analítica do Tribunal, apoiar a tomada de decisões baseadas em evidências e otimizar a atuação, tanto no que se refere à sua atividade fiscalizatória quanto aos seus procedimentos administrativos internos.

Sob a ótica da TI, o tema assume papel central na construção de soluções mais inteligentes, adaptáveis e alinhadas à missão institucional. Além disso, dialoga diretamente com a diretriz de colocar as pessoas no centro da estratégia, promovendo experiências qualificadas tanto para os servidores quanto para os cidadãos que interagem com o TCU.

O uso IA pode ainda desempenhar um papel estratégico na modernização e otimização das atividades administrativas, especialmente diante do desafio representado pela redução do quadro de servidores e pelo aumento expressivo e contínuo das despesas com serviços terceirizados.

O Plano de Gestão 2025–2027 reconhece a IA como instrumento essencial para a modernização do controle externo e da área administrativa do Tribunal, destacando seu potencial para automatizar tarefas, qualificar análises, fortalecer a segurança da informação e permitir uma atuação mais tempestiva, orientada por dados e voltada à antecipação de riscos. A integração da IA a processos estratégicos e operacionais contribui para ampliar a transparência, melhorar os serviços prestados e otimizar o uso dos recursos públicos. Entre as diretrizes de gestão, destaca-se ainda a valorização da inovação como motor de eficiência e efetividade, reconhecendo a IA como vetor de decisões mais embasadas, céleres e com maior impacto social.

As prioridades de TI para o biênio reforçam o compromisso da organização com a adoção prática, responsável e orientada a resultados da IA. As iniciativas priorizadas focam na modernização dos processos de trabalho, na melhoria dos serviços ao cidadão e na consolidação de uma cultura institucional baseada em dados, eficiência e inovação.

Entre as ações destacadas para o biênio 2025–2027 estão:

- Geração automatizada de ementas**, com uso de IA para construção de textos sintéticos e qualificados, apoiando a atuação dos gabinetes;
- Pareceres assistidos por IA**, com sugestões automatizadas de conteúdo e análises preditivas para instrução processual;
- Integração da IA ao e-TCU**, visando o aumento da capacidade de análise e a qualificação das bases de dados;
- Evolução do ChatTCU**, com a implantação de agentes conversacionais personalizados criados por servidores, para atendimento interno e externo;
- Aplicações da IA na Segedam**, visando a automação de tarefas, em especial no processamento de requisições administrativas, gestão e fiscalização de contratos, gestão de pessoas, conformidade e processamento de pagamentos, entre outras;
- Aplicações de IA para utilização do Projeto e-dados**, para análise, inclusive preditiva, das informações referentes à gestão de pessoas e da Agenda ESG;
- Robô de atendimento (Chatbot) de usuários de serviços administrativos atendidos pela CASA** – central de atendimento de serviços administrativos, com vistas a facilitar o acesso, responder perguntas frequentes, fornecer informações e até mesmo realizar transações e responder pesquisas;
- Capacitação em larga escala**, por meio de cursos de formação em IA, concursos de prompts e oficinas práticas;
- Aplicações de IA na segurança da informação**, com foco no monitoramento e na detecção de riscos cibernéticos;

- **Evolução do CopilotTCU**, com aprimoramentos de usabilidade, novas funcionalidades de interação com IA generativa e melhorias na integração com sistemas corporativos;
- **Acompanhamento dos produtos de IA disponíveis no mercado**, visando ao monitoramento, análise e diagnóstico das ferramentas de IA, utilizando os resultados para aprimorar o Núcleo de Inteligência Artificial (NIA), com vistas a sugerir orientações estratégicas e identificar potenciais usos de IA alinhados às diretrizes do TCU;
- **Apoio aos núcleos de dados e às unidades técnicas das áreas finalísticas** nas etapas de desenvolvimento e de produção de soluções que envolvam IA no âmbito do controle externo, notadamente na condução de auditorias;
- **Implantação do Zello como canal inteligente de interação com o cidadão**, com uso de IA para conversas personalizadas, acesso a serviços e orientações automatizadas;
- **Promoção de eventos e parcerias**, incluindo encontros técnicos, formação de comunidades de prática e articulação com universidades e órgãos de controle.

Essas ações convergem para a construção de um ecossistema de inovação institucional, pautado pelo uso responsável da IA, conectado à estratégia do Tribunal e orientado à geração de valor público.

A efetividade da agenda de IA depende da qualidade dos dados institucionais e da disponibilidade de uma infraestrutura escalável e segura, que permita o processamento de grandes volumes de informação. Assim, iniciativas ligadas à segurança e à continuidade digital reforçam a importância de diretrizes claras e de uma governança técnica sólida.

Ao mesmo tempo, a aplicação de soluções inteligentes expande o alcance e a personalização dos serviços, fortalece a imagem institucional, amplia a inserção internacional do Tribunal e estreita sua relação com outras instituições públicas. O desenvolvimento das pessoas segue como fator-chave nesse processo, exigindo investimentos contínuos em capacitação e no fomento a competências digitais que sustentem o uso crítico, ético e efetivo da tecnologia.

A adoção da IA no TCU não se configura apenas como aposta tecnológica, mas como uma estratégia institucional voltada à excelência, à integridade e à entrega de valor à sociedade. Para que alcance seu pleno potencial, é imprescindível que seja conduzida com responsabilidade, ética, transparência e foco no impacto positivo. Com uma abordagem orientada por governança e protagonismo, a IA contribuirá para decisões mais ágeis e assertivas, aprimorando a atuação institucional e reafirmando o TCU como referência em inovação no setor público.

Escopo do Tema - Síntese

- ❑ Disponibilização de infraestrutura técnica segura, escalável e flexível, capaz de suportar o uso institucional de soluções baseadas em inteligência artificial;
- ❑ Criação de modelos de governança que viabilizem o uso descentralizado, responsável e alinhado à missão institucional da IA por todas as áreas do TCU;
- ❑ Capacitação contínua de servidores para que possam utilizar, adaptar e desenvolver soluções com base em IA fortalecendo competências digitais críticas;
- ❑ Desenvolvimento de aplicações integradas aos sistemas corporativos do TCU, como o e-Control, o Labcontas e a plataforma de compras;
- ❑ Aplicação da IA para qualificação de dados, detecção de padrões, automação de tarefas e apoio à tomada de decisões estratégicas;
- ❑ **Evolução do CopilotTCU**, com aprimoramentos de usabilidade, novas funcionalidades de interação com IA generativa e melhorias na integração com sistemas corporativos;
- ❑ Definição de diretrizes para o compartilhamento seguro e colaborativo de soluções com universidades, órgãos de controle e parceiros institucionais;
- ❑ Fortalecimento da transversalidade da IA como alavanca de eficiência, inovação, segurança da informação e protagonismo institucional do TCU.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none">□ Impulsionar o uso ético e eficiente da inteligência artificial no TCU para promover a eficiência institucional e aprimorar a entrega de serviços digitais	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, publicar a política institucional de governança da IA.□ KR2: Até dezembro de 2025, disponibilizar ambiente funcional para criação e hospedagem de agentes autônomos, com no mínimo 5 agentes em produção.□ KR3: Até dezembro de 2025, realizar no mínimo 5 iniciativas de repasse de conhecimento em IA (consultorias, oficinas ou cursos) com avaliação média de satisfação $\geq 4,0$ (escala 1 a 5).□ KR4: Até junho de 2026, obter percepção positiva de melhoria no ambiente institucional, em pelo menos 70% das unidades ou equipes onde foram aplicadas iniciativas de governança, infraestrutura técnica e capacitação em inteligência artificial.

TEMA 03

Nuvem Pública - Transformação cultural e operacional

Descrição

A eficiência no uso da nuvem pública configura-se como um vetor fundamental da modernização tecnológica do Tribunal de Contas da União (TCU), ao proporcionar maior escalabilidade, flexibilidade, segurança e disponibilidade na oferta de serviços digitais. Mais do que uma mudança de infraestrutura, sua adoção deve ser compreendida como um processo de transformação cultural e operacional, que impulsiona a agilidade na entrega de soluções, a inovação contínua e o fortalecimento da entrega de valor público. Ao viabilizar novas arquiteturas de sistemas e serviços, a nuvem permite ao TCU atuar de forma mais responsiva, conectada e orientada às necessidades da sociedade e das áreas finalísticas.

O Plano de Gestão 2025–2027 do TCU reforça essa visão ao reconhecer a transformação digital como um dos pilares da atuação institucional no período. A ampliação do uso de soluções em nuvem é mencionada como caminho para:

- Acelerar a transformação organizacional;
- Reduzir a complexidade tecnológica;
- Aumentar a capacidade de resposta das áreas técnicas;
- Promover sustentabilidade no uso de recursos computacionais;
- Estimular o uso de soluções ágeis, interoperáveis e seguras;
- Fortalecer a governança e a segurança da informação em ambientes distribuídos.

Dessa forma, a nuvem pública é tratada não apenas como um recurso técnico, mas como uma nova base para ambientes escaláveis, integrados e alinhados aos objetivos de inovação, efetividade e geração de valor do TCU.

As Prioridades de TI reforçam esse direcionamento ao elencar iniciativas concretas associadas ao uso estratégico da nuvem pública. Entre as principais, destacam-se:

- **Ampliação do uso da nuvem híbrida**, promovendo flexibilidade na alocação de recursos computacionais entre ambientes on-premises e em nuvem;
- **Revisão de arquiteturas para cloud-readiness**, adaptando sistemas legados e novos desenvolvimentos à realidade da nuvem;
- **Fortalecimento do Centro de Excelência em Nuvem (CCoE)**, com responsabilidade por padronização técnica, governança, orientação e boas práticas;
- **Sustentação e disponibilidade em nuvem dos dados do LabContas**: garantindo acesso eficiente e oportuno pelas áreas finalísticas em qualquer local e horário, ampliando o uso estratégico da informação. com foco em políticas, arquiteturas e soluções adequadas ao ambiente distribuído e de alta disponibilidade;
- **Implantação de práticas de FinOps**, com foco em controle, transparência e maximização do uso eficiente dos recursos financeiros na nuvem;
- **Melhoria contínua da segurança em nuvem**, com ênfase em políticas, arquiteturas e soluções apropriadas a ambientes distribuídos e de alta disponibilidade.

Essas ações estruturam a jornada estratégica do TCU rumo a um ambiente tecnológico mais moderno, escalável e orientado a resultados institucionais, exigindo mudanças não apenas técnicas, mas também comportamentais, com a adoção de novas práticas, posturas colaborativas e mentalidade orientada à experimentação e otimização contínua.

Para que essa jornada seja bem-sucedida, é necessário mais do que tecnologia: exige-se governança sólida, planejamento estratégico. O uso eficiente da nuvem pressupõe atuação protagonista da área de TI, com orientação às unidades usuárias, capacitação contínua das equipes, definição clara de critérios de migração e uso, acompanhamento de custos e benefícios, e conformidade com as políticas de segurança e proteção de dados. Trata-se de entregar valor com responsabilidade, desempenho e segurança, assegurando que os investimentos tecnológicos estejam alinhados ao interesse público e contribuam efetivamente para o aprimoramento institucional.

Escopo do Tema - Síntese

- Ampliação do uso da nuvem pública como base tecnológica para garantir escalabilidade, flexibilidade, segurança e disponibilidade dos serviços digitais prestados pelo TCU;
- Adoção da nuvem como vetor estratégico de transformação digital, promovendo a modernização de arquiteturas, maior agilidade na entrega de soluções e fortalecimento da entrega de valor público;
- Revisão e adaptação das arquiteturas de sistemas para garantir cloud-readiness, permitindo migração eficiente e segura de soluções legadas e novos desenvolvimentos;
- Implantação de práticas de governança, com destaque para o fortalecimento do Centro de Excelência em Nuvem (CCoE), responsável por orientar tecnicamente a adoção, promover padronização e controlar os custos (FinOps).

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none">□ Padronizar e consolidar a adoção técnica da nuvem pública no TCU para garantir segurança, governança e integração	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, garantir que 100% dos ambientes novos sejam criados na nuvem com uso de Infrastructure as Code (IaC), conforme padrão definido pelo CCoE.□ KR2: Até dezembro de 2025, capacitar pelo menos 70% dos integrantes das equipes técnicas em competências essenciais para ambientes de nuvem (cloud readiness, segurança, FinOps).□ KR3: Até dezembro de 2025, mapear e classificar 100% das soluções do portfólio atual quanto ao seu potencial de migração para a nuvem, com base em critérios de oportunidade, criticidade e viabilidade técnica.
<ul style="list-style-type: none">□ Promover o uso eficiente e sustentável da nuvem pública, com foco em economicidade e valor percebido pelas áreas.	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, garantir que 100% das novas soluções de TI sejam implementadas diretamente em ambiente de nuvem.□ KR2: Até julho de 2026, garantir que 100% das cargas de trabalho em nuvem tenham seu custo individual informado.

TEMA 04

Garantia da continuidade e segurança de TI

Descrição

A garantia da continuidade e da segurança de TI é essencial para assegurar que os serviços e soluções tecnológicas do Tribunal de Contas da União (TCU) permaneçam operacionais, protegidos e resilientes frente a ameaças cibernéticas, falhas técnicas e outros riscos. Este tema envolve a adoção de estratégias e medidas que asseguram a resiliência dos serviços de TI e a proteção dos dados institucionais, contribuindo diretamente para a modernização dos processos, a eficiência operacional e a confiança da sociedade nos serviços prestados.

A adoção de soluções tecnológicas resilientes e protegidas é apresentada como caminho para:

- Assegurar a operação ininterrupta dos serviços digitais essenciais;
- Reduzir a exposição a riscos cibernéticos e operacionais;
- Garantir a integridade e a disponibilidade dos dados institucionais;
- Promover a confiança nos serviços prestados à sociedade;
- Estimular o uso de soluções ágeis, interoperáveis e seguras;
- Fortalecer a governança e a segurança da informação em ambientes de nuvem.

Para o biênio 2025–2027, o foco estará na implementação de medidas preventivas e estratégias de recuperação para diferentes cenários de crise, como falhas de infraestrutura, indisponibilidades críticas e ataques cibernéticos. Esse esforço abrangerá a identificação e classificação de riscos, a definição de estratégias de mitigação e recuperação, e a realização de testes periódicos para validação e aprimoramento dos planos de resposta.

Será dada atenção especial à revisão contínua das medidas de segurança, com base em análises atualizadas do ambiente tecnológico e do cenário de ameaças. Esse processo dinâmico visa garantir que os mecanismos de proteção sejam eficazes e estejam sempre atualizados e aderentes às melhores práticas e normativos vigentes.

Outro aspecto estratégico é o fortalecimento da segurança da informação, com base em análises de risco contínuas. Serão adotadas ferramentas avançadas para proteger sistemas e dados críticos do Tribunal, além da definição de padrões de segurança específicos para novas tecnologias, como inteligência artificial (IA), computação em nuvem e agentes autônomos. A conformidade com normas internas e diretrizes legais será um princípio orientador.

A implementação eficaz dessas estratégias exige uma abordagem integrada, com colaboração interdepartamental e responsabilidade compartilhada. A articulação entre áreas técnicas, áreas de negócio e instâncias de governança será fundamental para garantir uma atuação coordenada, abrangente e preventiva.

Em síntese, a garantia da continuidade e segurança de TI é um processo estratégico e permanente, indispensável à operação segura e eficiente do TCU. Trata-se de uma base imprescindível para a transformação digital da instituição, garantindo a proteção dos interesses da organização e da sociedade, mesmo diante de eventos adversos.

Escopo do Tema - Síntese

- Abordagem unificada e estratégica da continuidade e segurança de TI, reconhecendo sua importância para a resiliência dos serviços do Tribunal;
- Implementação de planos de continuidade e recuperação de desastres, com base em cenários de risco mapeados, estratégias de mitigação e testes regulares;
- Adoção de medidas preventivas para reduzir vulnerabilidades e mitigar riscos cibernéticos, com foco em tecnologias críticas e dados sensíveis;
- Fortalecimento da segurança da informação com base em análises de risco contínuas, definição de padrões técnicos e uso de ferramentas avançadas de proteção;

- Definição de padrões de segurança específicos para novas tecnologias, como IA e nuvem, assegurando conformidade, integridade e proteção dos dados;
- Promoção de uma cultura de segurança institucional, com envolvimento de diferentes áreas da organização e alinhamento com diretrizes de governança.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> □ Assegurar a continuidade dos serviços críticos de TI com práticas resilientes, para garantir a operação ininterrupta das atividades essenciais do TCU mesmo em cenários de crise ou falhas 	<ul style="list-style-type: none"> □ KR1: : <i>Até dezembro de 2025</i>, elaborar e aprovar o Plano de Recuperação de Serviços de TI (PRSTI), em conformidade com a Resolução TCU nº 376/2025, com envolvimento das áreas finalísticas. □ KR2: : <i>Até dezembro de 2025</i>, mapear e incluir no PRSTI ao menos 80% dos ativos de TI classificados como críticos para a continuidade do negócio. □ KR3: : <i>Até Junho de 2026</i>, realizar ao menos 2 testes simulados de recuperação de serviços com as áreas envolvidas, com taxa de sucesso $\geq 90\%$.
<ul style="list-style-type: none"> □ Aprimorar a segurança da informação do TCU para reduzir a exposição a ameaças, proteger dados sensíveis e assegurar a confiança institucional nas operações digitais. 	<ul style="list-style-type: none"> □ KR1: <i>Em seis meses</i>, atualizar 100% dos planos de tratamento de risco dos ativos classificados como de alto impacto, com base em análise de risco atualizada.

TEMA 05

Relacionamento com Instituições e com o Cidadão

Descrição

O aprimoramento do relacionamento institucional em Tecnologia da Informação (TI) representa uma estratégia fundamental para fortalecer a capacidade do TCU de dialogar de forma qualificada com suas áreas internas, gabinetes, partes interessadas externas e com a sociedade. Mais do que prover infraestrutura e sistemas, a TI deve atuar como elo facilitador de conexões institucionais, promovendo interações mais horizontais, propositivas e orientadas à entrega de valor público. Para isso, é necessário que as soluções desenvolvidas estejam centradas nas pessoas — sejam elas cidadãos, servidores, autoridades ou parceiros institucionais — e que considerem suas realidades, necessidades e contextos. Um relacionamento eficaz, impulsionado pela tecnologia, é a base para um Tribunal mais acessível, transparente e integrado.

O Plano de Gestão 2025–2027 reafirma o compromisso do TCU com o cidadão e com a articulação estratégica com atores relevantes, como o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, as redes de controle, organismos internacionais e a sociedade civil. Nesse cenário, a TI tem papel essencial na construção de canais que promovam escuta ativa, assegurem rastreabilidade nas interações e ampliem a transparência institucional. O plano destaca a importância de produzir resultados a partir do diálogo com organizações estratégicas e da incorporação das demandas da sociedade nos processos de controle e gestão. Cabe à TI apoiar essas diretrizes por meio de soluções que facilitem o diálogo, promovam o engajamento de diferentes públicos e sustentem decisões baseadas em evidências.

As prioridades estabelecidas para o biênio reforçam o papel da tecnologia como facilitadora do relacionamento institucional. Entre as principais iniciativas em andamento ou previstas para o biênio, destacam-se:

- ❑ **Reformulação do portal do TCU**, com foco em acessibilidade, linguagem cidadã e melhoria da experiência do usuário.
- ❑ **Reestruturação do ambiente de atendimento ao usuário**, com base em boas práticas de design e automação;
- ❑ **Implantação de assistentes virtuais com inteligência artificial**, para triagem e respostas automatizadas a dúvidas frequentes, otimizando o atendimento;
- ❑ **Expansão e integração dos canais digitais (como ChatTCU, WhatsApp e Zello)**, promovendo mais agilidade e rastreabilidade nas comunicações com públicos internos e externos;
- ❑ **Padronização e governança dos canais institucionais**, com diretrizes de linguagem, atendimento e registro de informações;
- ❑ **Aplicação de metodologias de design centrado no usuário**, para interfaces mais intuitivas, claras e acessíveis;
- ❑ **Automação de processos de articulação institucional**, agilizando rotinas administrativas e operacionais com atores estratégicos.
- ❑ **Diário Eletrônico do TCU**, para promover eficiência, racionalização administrativa e economia processual ao mudar o procedimento de envio de notificações decorrentes de acórdãos a advogados regularmente constituídos nos processos de controle externo do TCU.
- ❑ **Banco de processos prescritos (BAP)**, que permitirá o cadastramento de processos administrativos ou tomadas de contas especial que ficaram, em algum momento, paralisados por mais de cinco anos, incorrendo na prescrição. Promoverá uma visão geral do andamento da prestação de contas e a atuação preventiva e eficiente do TCU junto a repassadores para não ocorrência de prescrição.

Essas ações contribuem para ampliar a eficiência, reduzir o retrabalho e promover uma comunicação mais clara, inclusiva e responsiva, consolidando uma experiência de relacionamento mais fluida e confiável com os diversos atores com os quais o TCU interage.

Consolidar um relacionamento institucional qualificado é essencial para posicionar a TI como parceira estratégica da alta gestão, das áreas técnicas e dos atores externos. Ao facilitar a comunicação, integrar fluxos de informação e assegurar a rastreabilidade das interações, a TI fortalece a imagem institucional do TCU, aprimora seus serviços e contribui para uma atuação mais colaborativa, transparente e focada em resultados. Com o apoio da tecnologia, o Tribunal amplia sua capacidade de ouvir, dialogar e entregar valor público — promovendo uma gestão cada vez mais conectada com os cidadãos e com as necessidades reais do país.

Escopo do Tema – Síntese

- Fortalecimento do relacionamento institucional como pilar estratégico para ampliar o diálogo do TCU com cidadãos, gabinetes, unidades técnicas, órgãos de controle e instituições parceiras;
- Utilização da TI como elo facilitador de conexões qualificadas, promovendo escuta ativa, transparência, rastreabilidade e integração entre os diversos públicos do Tribunal;
- Reformulação dos canais digitais do TCU — como o portal institucional, ChatTCU, WhatsApp e Zello — com foco na experiência do usuário, acessibilidade e clareza da comunicação;
- Implantação de assistentes virtuais com inteligência artificial e automações nos atendimentos, otimizando a triagem de manifestações e reduzindo o tempo de resposta;
- Padronização dos canais institucionais com diretrizes claras de linguagem, atendimento e governança, assegurando consistência e qualidade na comunicação;
- Adoção de metodologias de design centrado no usuário para desenvolvimento de soluções mais intuitivas, inclusivas e orientadas às reais necessidades dos públicos atendidos;
- Automação de processos de articulação com atores estratégicos, promovendo eficiência, redução de retrabalho e maior capacidade de resposta institucional;
- Integração com temas como dados, segurança da informação, inteligência artificial, inovação e gestão de pessoas, consolidando uma TI mais estratégica e alinhada à missão institucional do TCU.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none">□ Aprimorar a experiência do cidadão nos serviços e canais digitais do TCU, para promover acesso facilitado, agilidade, transparência e confiança no controle público	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, lançar e divulgar o novo Portal do Cidadão com foco em usabilidade, linguagem simples e acessibilidade, com avaliação de pelo menos 80% de satisfação por usuários em pesquisa amostral.□ KR2: Até dezembro de 2025, desenhar e validar com as áreas envolvidas o modelo de governança das aplicações tecnológicas voltadas à participação cidadã, com definição de papéis, fluxos e critérios de uso.
<ul style="list-style-type: none">□ Fortalecer a articulação institucional com órgãos parceiros, para promover integração de sistemas, atuação coordenada e uso inteligente das informações públicas	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, integrar eletronicamente os sistemas de Cobrança Executiva do TCU com a AGU, com 100% das novas cobranças priorizadas encaminhadas via interface integrada.□ KR2: Até dezembro de 2025, concluir a implantação de canal de integração com os Tribunais de Contas Estaduais, com pelo menos 3 casos de uso ativos para representações e denúncias que envolvam recursos de fonte mista.□ KR3: Até dezembro de 2025, implantar solução única de certidões com fluxo 100% digital e garantir tempo médio de emissão ≤ 2 dias úteis.

TEMA 06

Indução de Iniciativas Inovadoras

Descrição

A indução de iniciativas inovadoras é um dos pilares estratégicos do PDTI 2025–2027, refletindo o compromisso do Tribunal de Contas da União (TCU) com a modernização institucional e a geração de valor público. Em um cenário marcado pela complexidade, pela aceleração tecnológica e por demandas sociais em constante transformação, inovar deixou de ser uma escolha para tornar-se uma necessidade. A inovação torna possível ao TCU atuar com agilidade, inteligência e efetividade, enfrentando desafios emergentes, testando novas abordagens, redesenhando processos e entregando soluções adaptadas à realidade do controle externo.

No contexto institucional, considera-se inovação toda necessidade de negócio que requeira uma solução inédita, envolvendo o uso de tecnologia e que demande experimentação para validação de sua viabilidade. Essa solução pode se materializar em forma de produto, serviço ou processo de trabalho. Colocar as pessoas no centro — uma das diretrizes fundamentais da atual gestão — significa reconhecê-las como protagonistas e destinatárias das transformações. Servidores e colaboradores não apenas operam as mudanças, mas também devem ser incentivados a propor ideias, experimentar novas abordagens e cocriar melhorias que ampliem o desempenho institucional e qualifiquem a experiência da sociedade com os serviços públicos.

O Plano de Gestão 2025–2027 reforça a importância de consolidar uma cultura de experimentação e aprendizado contínuo. Ressalta a valorização da criatividade, a abertura à inovação e o incentivo à adoção de tecnologias emergentes como caminhos para reposicionar o TCU como uma instituição moderna, eficiente e responsiva. As diretrizes estratégicas priorizam a simplificação de processos, o uso de soluções digitais centradas no usuário e o fortalecimento do ecossistema de inovação pública, por meio de articulações com parceiros internos e externos.

O documento também reconhece que a transformação institucional exige a criação de ambientes que tolerem o erro como parte do processo evolutivo. Ao incentivar o desenvolvimento de ações estruturantes, com alto grau de impacto e alinhamento aos objetivos estratégicos, o plano confere à inovação o status de prioridade institucional, essencial à evolução do TCU.

As prioridades de TI para o biênio traduzem em ações concretas a ambição de transformar o TCU em um organismo mais inovador, ágil e conectado com o futuro. Entre as principais iniciativas destacam-se:

- ❑ **Hackathons e desafios internos** para estimular o pensamento criativo e a resolução colaborativa de problemas;
- ❑ **Programas de inovação aberta**, com contratação de soluções por meio de CPSIs (Contratações Públicas para Soluções Inovadoras);
- ❑ **Uso de laboratórios de dados (LabContas) e ambientes de prototipação de soluções com IA** fortalecendo a experimentação aplicada;
- ❑ **Adoção de arquiteturas tecnológicas flexíveis**, que favorecem a adaptabilidade e o teste de novas soluções;
- ❑ **Estímulo ao intraempreendedorismo** e à gestão estruturada de ideias por meio de esteiras e mecanismos de fomento;
- ❑ **Sandbox**
- ❑ **Automação de soluções**, combinando eficiência com inteligência aplicada.

Essas iniciativas visam não apenas modernizar a atuação da TI, mas posicioná-la como motor de transformação institucional.

Para que a inovação seja efetiva, é preciso tratá-la como uma política institucional contínua, com espaços legítimos para testar, errar, aprender e evoluir. Isso exige mudança cultural e estrutural, rompendo com modelos excessivamente rígidos e criando mecanismos que permitam a experimentação responsável. Nesse processo, o papel da TI é essencial: cabe à área propor soluções tecnológicas viáveis, sustentáveis e seguras, alinhadas aos objetivos estratégicos do TCU. Mais do que provedora de infraestrutura, a TI deve assumir o protagonismo como catalisadora da transformação pública, promovendo uma cultura de inovação com propósito, impacto e valor público.

Escopo do Tema - síntese

- Consolidação da inovação como prática institucional contínua, voltada à geração de valor público por meio da experimentação, redesenho de processos e soluções inéditas;
- Criação de ambientes institucionais que favoreçam o teste, o erro e o aprendizado como parte do ciclo evolutivo da transformação organizacional;
- Estruturação de programas de inovação aberta, hackathons, laboratórios de dados e esteiras de ideias, promovendo flexibilidade, criatividade e colaboração entre áreas. Destaca-se a proposta de criação, no âmbito do LabContas, de um repositório de dados públicos abertos à sociedade, como instrumento de fomento à inovação baseada em dados.;
- Estímulo ao intraempreendedorismo e ao protagonismo dos servidores na proposição de soluções com impacto institucional positivo;
- Adoção de arquiteturas tecnológicas que viabilizem ambientes de prototipação, automação e uso estratégico de IA, dados e nuvem;
- Integração de mecanismos de governança da inovação com critérios de priorização, avaliação de viabilidade e alinhamento estratégico;
- Fortalecimento de uma cultura organizacional orientada à inovação, com incentivo à participação ativa, reconhecimento institucional e valorização das competências digitais;
- Conexão transversal com temas como IA, dados, segurança, gestão de pessoas e relacionamento institucional, consolidando a TI como catalisadora da transformação pública.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none">□ Posicionar a Setid como agente estratégico da inovação no TCU, estruturando mecanismos de suporte e governança capazes de transformar ideias em soluções tecnológicas com impacto institucional	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, estruturar e aprovar a esteira de inovação institucional com fluxos, critérios, governança e mecanismos de priorização validados por no mínimo 3 áreas finalísticas.□ KR2: Até dezembro de 2025, disponibilizar painel de monitoramento das iniciativas em sandbox com informações sobre status, responsáveis e lições aprendidas.□ KR3: Até dezembro de 2025, apoiar pelo menos 2 novas iniciativas inovadoras institucionais.
<ul style="list-style-type: none">□ Habilitar a Setid para aplicar tecnologias emergentes na resolução de desafios complexos	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, concluir 1 ciclo completo de experimentação de soluções inovadoras em contratos ou parcerias.□ KR2: Até dezembro de 2025, iniciar pelo menos 2 novas iniciativas inovadoras com foco em desafios internos da Setid

TEMA 07

Excelência na Gestão de Pessoas e Talentos

Descrição

O tema “Excelência na Gestão de Pessoas e no Aproveitamento de Competências” foi concebido como um dos eixos estratégicos do PDTI 2025–2027, em consonância com as diretrizes da atual gestão do TCU, que coloca as pessoas no centro da transformação institucional. Reconhece-se que o verdadeiro motor da inovação e da efetividade institucional são os talentos humanos — servidores, terceirizados e estagiários — e que sua valorização demanda uma abordagem moderna, estruturada e integrada.

Sob a perspectiva da Tecnologia da Informação, este tema responde a desafios estruturais que impactam diretamente a gestão de pessoas, tais como: a ausência de dados padronizados e integrados sobre a força de trabalho; a dificuldade de obter uma visão sistêmica e estratégica das competências institucionais; a carência de ferramentas de análise que subsidiem decisões baseadas em evidências; a baixa atratividade institucional da Setid e a ausência de mecanismos específicos para o monitoramento e a melhoria contínua do clima organizacional; e a limitação na governança do desenvolvimento profissional de colaboradores com diferentes vínculos.

Mais do que uma proposta tecnológica, este tema expressa um novo olhar institucional, orientado à construção de ambientes organizacionais que valorizem e desenvolvam talentos de forma equitativa, integrada e sustentável, independentemente do vínculo profissional.

O Plano de Gestão 2025–2027 insere a valorização das pessoas como um eixo estruturante da estratégia institucional. A Diretriz 4 – Pessoas no Centro estabelece como objetivos o reconhecimento da importância dos indivíduos para o sucesso do TCU e o fortalecimento do compromisso mútuo entre colaboradores e instituição. Entre os principais resultados esperados estão: o aumento dos índices relacionados às práticas de gestão de pessoas na Pesquisa de Clima; o fortalecimento de lideranças comprometidas com escuta ativa, equidade e segurança psicológica; e o maior engajamento institucional, refletido em pertencimento, motivação e senso de propósito.

O plano orienta ainda o uso de dados para subsidiar decisões relacionadas ao desenvolvimento profissional, destacando o papel da liderança digital e da cultura orientada a resultados. Isso reforça a importância da TI como aliada estratégica para formular políticas, apoiar decisões e garantir a gestão inteligente do capital humano por meio de soluções tecnológicas adequadas.

As prioridades para o biênio refletem esse compromisso, com iniciativas que articulam tecnologia, gestão de pessoas e estratégia institucional:

- **EngajaTI:** estrutura a escuta ativa das equipes da TI e aplica práticas de *People Analytics* para apoiar decisões em valorização, engajamento e atratividade;
- **Trilhas formativas em IA e segurança cibernética:** impulsionam a atualização contínua dos profissionais de TI frente às novas competências digitais;
- **Avaliação de competências técnicas e comportamentais:** busca alinhar perfis às demandas estratégicas, promovendo melhor alocação e aproveitamento das capacidades internas.

Essas iniciativas refletem o entendimento de que o sucesso da transformação digital passa, necessariamente, pela transformação das pessoas.

Por fim, a gestão unificada da processualística se fortalece quando integrada a informações estruturadas sobre perfis e competências dos servidores, favorecendo uma maior coerência entre as pessoas envolvidas, as atividades desempenhadas e os resultados entregues. Essas conexões evidenciam que investir em pessoas é o caminho para consolidar uma TI mais estratégica, resiliente e alinhada aos desafios do TCU

Essas conexões evidenciam o papel estratégico da gestão de pessoas para a maturidade digital e o fortalecimento institucional do TCU. Investir em talentos humanos é investir na capacidade institucional de aprender, transformar e inovar. Ao contribuir com soluções que alinham competências às entregas estratégicas, promovem ambientes saudáveis e fortalecem a cultura de reconhecimento, a TI se consolida como parceira essencial do desenvolvimento organizacional. O PDTI 2025–2027 assume, assim, o compromisso de impulsionar uma TI mais humana, inclusiva e orientada a resultados.

Escopo do Tema - Síntese

- Fortalecimento da gestão de pessoas como eixo estratégico para a transformação digital do TCU, valorizando talentos como protagonistas da inovação institucional;
- Padronização e integração dos dados sobre a força de trabalho, viabilizando análises estratégicas e decisões baseadas em evidências;
- Adoção de soluções de People Analytics, trilhas formativas e mecanismos de escuta ativa para orientar ações de valorização, engajamento e reconhecimento dos colaboradores;
- Personalização de capacitações com uso de inteligência artificial, alinhando competências técnicas e comportamentais às demandas institucionais e à evolução tecnológica;
- Promoção de ambientes organizacionais inclusivos, seguros e equitativos, que estimulem pertencimento, protagonismo e cultura de aprendizagem contínua;
- Integração da gestão de pessoas à governança da informação, assegurando proteção e confidencialidade dos dados sensíveis;
- Alinhamento da estratégia de TI à Diretriz "Pessoas no Centro", com foco na construção de uma liderança empática, participativa e preparada para os desafios da transformação digital;
- Articulação com temas como dados, IA, inovação, segurança e processos institucionais, consolidando a gestão de talentos como base para um TCU moderno, resiliente e orientado a resultados.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> □ Promover um ambiente de trabalho saudável, colaborativo e atrativo na Setid, para aumentar o engajamento e fortalecer a atração de talentos na TI do TCU 	<ul style="list-style-type: none"> □ KR1: <i>Até junho de 2026</i>, aumentar o NPS da Setid em 10 pontos percentuais com base na medição de clima e atratividade. □ KR2: <i>Até junho de 2026</i>, reduzir para zero o número de dimensões críticas (nota média < 4) nas avaliações de clima relacionadas a trabalho, efetividade da equipe e relacionamento entre equipes □ KR3: <i>Até dezembro de 2025</i>, implementar painel com indicadores de saúde mental e física dos servidores e colaboradores para monitoramento contínuo pela alta gestão da Setid
<ul style="list-style-type: none"> □ Fortalecer a capacidade analítica para gestão estratégica de pessoas de TI no TCU, para apoiar decisões sobre clima, competências e valorização de talentos no TCU 	<ul style="list-style-type: none"> □ KR1: <i>Até dezembro de 2025</i>, integrar dados de pelo menos 3 sistemas distintos (GRH, Contrata, Currículos) ao Data Lake de Pessoas □ KR2: <i>Até dezembro de 2025</i>, criar ao menos 4 dashboards de People Analytics voltados à gestão de talentos e clima organizacional. □ KR3: <i>Até dezembro de 2025</i>, estruturar o modelo conceitual da "pessoa" como entidade unificada nos sistemas institucionais, com definição validada pela Gestão de Pessoas.

TEMA 08

Protagonismo Internacional

Descrição

O tema *Protagonismo Internacional* compõe a estratégia do TCU de ampliar sua inserção e influência em fóruns multilaterais, promover o intercâmbio de boas práticas e consolidar sua reputação como referência global em controle externo. A atuação internacional do Tribunal permite não apenas o compartilhamento de metodologias bem-sucedidas com outras Instituições Superiores de Controle (ISCs), mas também o aprendizado contínuo com experiências de diferentes contextos institucionais, culturais e tecnológicos. Essa troca amplia a visão do TCU sobre soluções adotadas em distintas realidades e possibilita a adaptação estratégica dessas práticas ao contexto brasileiro.

O Plano de Gestão 2025–2027 reconhece a atuação internacional como um dos diferenciais do TCU, destacando sua relevância como instrumento de fortalecimento institucional e diplomático. O documento incentiva a cooperação técnica com organismos multilaterais, o intercâmbio de conhecimento com outras instituições e a produção de dados comparáveis que fortaleçam as ações de controle e contribuam para a avaliação de políticas públicas em escala nacional e global. Também ressalta o papel do TCU na construção de resultados relevantes por meio do diálogo com partes interessadas estratégicas — no Brasil e no exterior — promovendo soluções com impacto coletivo e regional. Essa perspectiva valoriza o protagonismo técnico das equipes e reconhece a TI como base para uma atuação institucional conectada, moderna e com credibilidade internacional.

No contexto das prioridades de TI definidas para o biênio, diversas iniciativas foram apontadas como facilitadoras do protagonismo internacional. Entre elas, destacam-se:

- **Uso de inteligência artificial e dados comparáveis**, para geração de análises com base em *benchmarks* internacionais e apoio à produção de conhecimento estratégico e transparente;
- **Sistemas multilíngues e visualizações acessíveis**, visando aprimorar a comunicação com públicos estrangeiros e disseminar informações em idiomas como inglês e espanhol;

- **Interoperabilidade com bases internacionais**, permitindo a troca segura e estruturada de informações com outras ISCs e organismos multilaterais, fortalecendo diagnósticos colaborativos e avaliações conjuntas;
- **Portais institucionais com seções em inglês**, promovendo acesso de *stakeholders* internacionais aos dados, produtos e resultados do TCU, como parte da estratégia de transparência e visibilidade global;
- **Painéis e relatórios interativos com interface amigável para públicos externos**, com foco na diplomacia institucional e no reforço da imagem do TCU como referência no uso de tecnologia no controle público.

Nesse sentido, a TI desempenha papel essencial para posicionar o TCU no cenário internacional não apenas como participante, mas como referência. A tecnologia viabiliza a atuação diplomática e técnica do Tribunal, sustenta a produção e o compartilhamento de conhecimento e fortalece os canais de comunicação institucional com qualidade, responsabilidade e impacto. Ao estruturar soluções robustas, interoperáveis e acessíveis, a TI transforma o protagonismo internacional em resultados concretos para o aprimoramento das ações de controle, a ampliação da transparência e o fortalecimento do papel institucional do TCU como indutor de boas práticas e inovação no setor público, em escala nacional e global.

Escopo do Tema - síntese

- Fortalecimento da presença do TCU em fóruns multilaterais, promovendo articulação institucional em temas de interesse global;
- Promoção do intercâmbio de boas práticas com outras Instituições Superiores de Controle (ISCs), fortalecendo o controle externo no Brasil e no mundo;
- Internalização de soluções adotadas em contextos internacionais, com adaptação estratégica ao ambiente institucional do TCU;
- Oferta de produtos institucionais multilíngues, como painéis, portais e sistemas com dados comparáveis e acessíveis ao público estrangeiro;

- Interoperabilidade com bases internacionais, viabilizando trocas seguras de informações e diagnósticos colaborativos com ISCs e organismos multilaterais;
- Desenvolvimento de soluções de TI voltadas à diplomacia institucional, com foco em transparência global e visibilidade da atuação do TCU;
- Consolidação da TI como pilar técnico para a projeção internacional do TCU, garantindo acessibilidade, escalabilidade e credibilidade.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none">□ Fortalecer a atuação internacional do TCU por meio da disponibilização de soluções digitais, infraestrutura e conhecimento técnico em apoio à transformação digital de ISCs	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: Até dezembro de 2025, apoiar tecnicamente pelo menos 5 ISCs na realização de diagnósticos de maturidade digital, com entrega documentada e plano de evolução proposto□ KR2: Até dezembro de 2025, expandir em 10% os resultados obtidos com o uso do ClimateScanner internacionalmente□ KR3: Até dezembro de 2025, apoiar a implementação do Painel Clima Brasil em pelo menos 10 estados a partir das experiências internacionais□ KR4: Até dezembro de 2025, realizar ao menos 1 evento internacional (oficinas, webinars, visitas técnicas) com foco em intercâmbio de soluções tecnológicas entre ISCs e parceiros multilaterais.

TEMA 09

Gestão Unificada da Processualística

Descrição

A gestão unificada da processualística do TCU surge como resposta à fragmentação histórica dos fluxos institucionais, que compromete a eficiência, a rastreabilidade e a entrega de valor público. Mais do que corrigir sintomas, esse tema busca enfrentar a causa estruturante da desarticulação institucional: a ausência de uma governança integrada e sistêmica dos processos. A proposta está alinhada à diretriz de atuação colaborativa, com foco na missão institucional e na simplificação das rotinas, superando modelos segmentados que operam de forma isolada.

A trajetória evolutiva do Tribunal, marcada pela especialização de setores e pela multiplicidade de sistemas, resultou em fluxos paralelos, sobreposições, lacunas e baixa interoperabilidade. O Plano de Gestão 2025–2027 reconhece essa realidade e orienta a reestruturação institucional com foco na entrega de valor à sociedade, priorizando práticas mais ágeis, simples e efetivas. Destacam-se duas diretrizes diretamente relacionadas ao tema: “Tribunal do Cidadão”, que valoriza processos com impacto positivo e mensurável na vida das pessoas, e “Pessoas no Centro”, que incentiva a eliminação de atividades redundantes e a valorização do engajamento e da colaboração.

Nesse contexto, a gestão unificada da processualística busca estruturar uma visão institucional que promova a integração entre áreas, a coerência entre sistemas e a fluidez entre atividades administrativas e finalísticas. O foco está na transformação estrutural dos fluxos e na promoção de uma governança processual sólida, orientada por decisões conjuntas e apoiada por tecnologia. Nesse contexto, a abordagem proposta prevê:

- Mapeamento completo dos fluxos processuais do TCU, abrangendo controle externo, atividades administrativas, gabinetes, Ministério Público junto ao TCU e outras unidades;
- Diagnóstico das lacunas, sobreposições e pontos críticos que dificultam a integração institucional;

- Construção de um modelo de governança unificada da processualística, com participação de comitês multidisciplinares e visão sistêmica;
- Elaboração de uma visão de futuro integrada para a gestão dos processos institucionais.

Essa estratégia visa garantir que a gestão da processualística seja orientada por decisões conjuntas, alinhadas ao interesse institucional e apoiadas por uma arquitetura técnica consistente.

Entre as prioridades estabelecidas para o biênio, destacam-se ações diretamente relacionadas à construção da gestão unificada da processualística. A seguir, elencam-se os projetos definidos como prioritários:

- **Projeto da Processualística:** visa conceber e publicar um novo modelo de processos, com ajustes organizacionais e tecnológicos alinhados à visão integrada da atuação institucional.
- **Revisão e unificação de sistemas:** prevê a racionalização do portfólio de sistemas do TCU, buscando integração, eliminação de redundâncias e aproveitamento do legado tecnológico.
- **Automação de etapas repetitivas:** foca na utilização de tecnologias para automatizar tarefas operacionais, liberando servidores para atividades de maior valor agregado.
- **Padronização de fluxos de trabalho:** propõe estabelecer padrões institucionais para os principais processos de trabalho, viabilizando interoperabilidade entre soluções e clareza na tramitação.
- **Uso de dados para redesenho de processos:** incentiva a utilização de dados estruturados para mapear gargalos, promover melhorias e monitorar o desempenho dos processos.
- **Massificação do uso do e-Dados:** objetiva ampliar o uso da plataforma como base para a tomada de decisões institucionais e monitoramento estratégico.

- **Implantação do novo modelo de governança de dados, conforme previsto nas portarias do TCU (Portaria CGTI n° 2/2025, entre outras):** busca alinhar estruturas organizacionais, papéis e responsabilidades para garantir qualidade, segurança e reuso da informação institucional.
- **Convergência entre soluções tecnológicas e modelos de entrega de valor:** promove a integração entre TI e áreas de negócio para construção de soluções aderentes aos processos reais e orientadas à entrega de resultados.

O papel da TI é viabilizar essa transformação por meio de soluções escaláveis, interoperáveis e orientadas ao valor público. A área atua como articuladora entre unidades, provedora de infraestrutura, guardiã dos dados e impulsionadora da visão sistêmica dos processos institucionais.

A Gestão Unificada da Processualística é, portanto, um vetor estruturante para a transformação institucional do TCU. Ao promover a convergência entre processos, dados, sistemas e áreas, ela possibilita entregas mais consistentes, integradas e centradas na missão institucional. Reduzindo silos, eliminando redundâncias e fortalecendo a governança da informação e dos fluxos de trabalho, o tema qualifica a experiência de usuários internos e externos e aumenta a capacidade analítica, estratégica e de inovação do Tribunal.

Mais do que uma pauta da área de TI, trata-se de um tema institucional que exige o engajamento e a corresponsabilidade das áreas finalísticas, administrativas e de apoio, com a TI atuando como facilitadora da transformação digital e da melhoria contínua dos processos do TCU.

Escopo do Tema - Síntese

O escopo do tema inclui a construção de uma visão integrada dos fluxos de trabalho que envolvem processos administrativos e de controle externo, desde a entrada de informações até o pós-julgamento, passando por todas as áreas e sistemas envolvidos.

Essa visão deverá considerar:

- Construção de um modelo de governança da processualística do TCU;
- Criação de um comitê multidisciplinar para decisão de prioridades com visão integrada;

- Mapeamento completo dos fluxos de trabalho do Tribunal (controle externo, administrativo, gabinetes, MP, etc.);
- Identificação de lacunas, sobreposições e discrepâncias;
- Elaboração de um diagnóstico institucional consolidado;
- Definição de uma visão de futuro para a gestão unificada dos processos;
- Promoção de ações de transformação focadas na causa raiz, e não apenas nos sintomas.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> □ Estabelecer os fundamentos técnicos e de governança para elaboração de uma visão unificada da processualística institucional, com foco em eficiência, consistência e aderência estratégica 	<ul style="list-style-type: none"> □ KR1: Até dezembro de 2026, realizar diagnóstico técnico com pelo menos 5 unidades-chave, identificando os principais pontos de fragmentação, sobreposição e inconsistência na gestão de processos institucionais. □ KR2: Até junho de 2026, propor e validar, com as áreas finalísticas, um núcleo mínimo comum de elementos processuais a ser utilizado como base para uma arquitetura institucional de referência. □ KR3: Até junho de 2026, apresentar proposta de instância de governança da processualística, com definição de competências, atores e critérios para priorização e encaminhamento de demandas ligadas à processualística. □ KR4: Até junho de 2026, consolidar um roadmap técnico para evolução da visão unificada, com fases de implementação, entregas previstas, responsáveis e interdependências mapeadas. □ KR5: Até junho de 2026, promover ao menos 2 ações de sensibilização com áreas de negócio para apresentar os benefícios da visão unificada e obter adesão de líderes institucionais

TEMA 10

Evolução do Ecossistema de Fiscalização

Descrição

Diante dos desafios crescentes enfrentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no contexto do controle externo, é imprescindível que avancemos na consolidação de uma infraestrutura tecnológica capaz de sustentar, de forma integrada, as ações de controle. Nesse sentido, sobressai a relevância de uma *Plataforma Integrada de Controle Externo*, que unifique dados, sistemas, processos e informações oriundas das ações de controle, com especial ênfase na interoperabilidade entre soluções analíticas existentes, bem como das diversas fontes de dados: LabContas, o EPP, o e-Dados.

A lógica da plataforma integrada deve ser a de um **ecossistema digital dinâmico**, orientado a dados e suportado pelo arcabouço técnico e lógico dos sistemas corporativos e apoiado por tecnologias emergentes, especialmente a Inteligência Artificial Generativa, com o propósito de transformar a atuação do TCU em uma prática altamente responsiva, preventiva, transparente e eficaz. Essa abordagem não apenas se alinha às diretrizes do Planejamento Estratégico do TCU, mas também concretiza nossa adesão às normas internacionais de auditoria, essencial para a credibilidade do TCU no cenário global.

O momento atual é oportuno: a substituição de ferramentas ultrapassadas por uma nova plataforma que contemple todas as fases do ciclo de controle — planejamento, execução, relatório, instrução de mérito, julgamento e monitoramento — oferece uma base tecnológica completa que alavancará e tornará mais efetivas as ações de controle. Contudo, para garantir real efetividade, é necessário dar um passo adiante: **integrar todas as fontes de dados, ferramentas de análise e informações produzidas em auditorias em um ambiente único, acessível, seguro e interoperável.**

Essa plataforma deve cumprir, de forma prioritária, as seguintes funções:

- **Integração de Dados Multifonte** – integrar em um só lugar os dados do LabContas (repositório de dados públicos), do e-Dados (metadados das fiscalizações gerados na própria plataforma), do ePP (bases integradas por objeto de controle, facilitando a navegação e usabilidade dos dados), entre outros. Isso proporcionará uma visão sistêmica e analítica dos objetos fiscalizados.

- ❑ **Armazenamento Estruturado do Conteúdo Produzido** – as informações produzidas âmbito das auditorias e das respectivas instruções e apreciações deverão ser armazenadas de forma estruturada, de modo que possibilitem o seu acesso seguro e confiável.
- ❑ **Orquestração de Processos com Automação Inteligente** – a automação de tarefas repetitivas, como coleta e pré-processamento de dados, redação preliminar de relatórios e proposição de achados com base em evidências padronizadas, liberará os auditores para análises mais complexas e estratégicas.
- ❑ **Gestão baseada em risco** – Ambiente de avaliação de risco disponível as unidades técnicas permitirá o planejamento das fiscalizações e o acompanhamento contínuo das áreas e objetos de controle de maior relevância.
- ❑ **Interoperabilidade Sistêmica e Sustentabilidade Tecnológica** – a plataforma deve ser desenvolvida com foco na integração com sistemas legados e modernos do TCU (e-TCU, Conecta, Planejar, Sisproposta, Sagas etc.), respeitando os princípios de escalabilidade, manutenibilidade, segurança e controle de acesso.

Ao consolidar essas funcionalidades em uma plataforma única, o TCU não apenas mitigará os problemas estruturantes hoje enfrentados (como perda de conhecimento institucional, redundância de esforços e baixa exploração de dados), como também dará um salto qualitativo em sua capacidade de promover o aprimoramento da Administração Pública.

Por fim, a implantação desta plataforma contribuirá diretamente para o alcance dos seguintes objetivos estratégicos:

- ❑ Ampliação da efetividade do controle externo, com foco em resultados;
- ❑ Redução de assimetrias informacionais entre o TCU e os jurisdicionados;
- ❑ Fortalecimento da atuação baseada em evidências e dados;
- ❑ Promoção da padronização e melhoria contínua da qualidade das auditorias;
- ❑ Melhoria do ambiente de trabalho dos auditores, com mais inteligência e menos repetição.

Escopo do Tema – Síntese

- ❑ Construção de uma Plataforma Integrada de Controle Externo, capaz de consolidar dados, sistemas, processos e informações das ações de controle.
- ❑ Integração de fontes como LabContas, e-Dados, ePP e sistemas corporativos (e-TCU, Conecta, Planejar, entre outros).
- ❑ Armazenamento estruturado e seguro dos conteúdos produzidos nas auditorias e instruções, com foco em reutilização e confiabilidade.
- ❑ Orquestração de processos com automação inteligente, ampliando a produtividade e liberando os auditores para análises estratégicas.
- ❑ Implementação de ambiente de avaliação de risco para orientar o planejamento e o monitoramento de áreas e objetos relevantes.
- ❑ Garantia de interoperabilidade, segurança, escalabilidade e sustentabilidade tecnológica.
- ❑ Contribuição direta para a efetividade do controle, redução de assimetrias informacionais e fortalecimento da atuação baseada em evidências.

OKRs

Objetivos	Resultados
<ul style="list-style-type: none">□ Viabilizar, por meio de plataforma integrada, a evolução digital do controle externo, promovendo dentro do processo de trabalho dos audito-res: padronização, rastreabilidade, reuso estruturado das informações e apoio para decisões baseadas em dados	<ul style="list-style-type: none">□ KR1: <i>Até dezembro de 2025</i>, implantar os módulos de planejamento, execução e relatório do e-Controlle em 100% das unidades da Segecex.□ KR2: <i>Até dezembro de 2025</i>, concluir a sustentabilidade e a integração de pelo menos três sistemas estratégicos (como e-Controlle, LabContas, e-TCU ou painéis) por meio de APIs ou fluxos automatizados de dados auditáveis.□ KR3: <i>Até dezembro de 2025</i>, capacitar pelo menos 150 usuários em ferramentas tecnológicas e padrões técnicos que sustentam a produção técnica estruturada.□ KR4: <i>Até dezembro de 2026</i>, desenvolver e testar módulo do e-Controlle que permita a integração jurisprudencial dos achados e das propostas de encaminhamento (módulo de mérito).

ANEXOS

PORTFÓLIOS

Orçamentário e Indicadores

ORÇAMENTÁRIO

Estimativa do Portfólio Orçamentário

PERFIL DO INVESTIMENTO	2025	%
Atendimento ao usuário	R\$	6.505.321,87
Desenvolvimento de Software	R\$	66.541.637,95
Infraestrutura de TI	R\$	59.320.976,97
Infraestrutura e provimento de dados	R\$	7.318.846,93
Portais corporativos	R\$	75.376,84
Rede de dados e conectividade		1.567.087,66
Segurança da Informação	R\$	7.066.726,17
Soluções de <i>Business Analytics</i> e <i>Business Intelligence</i>	R\$	2.714.608,00
Total Geral	R\$	151.110.582,39

Portfólio de Indicadores

Descrição	Peso 1º período avaliativo	Peso 2º período avaliativo	1º período avaliativo abr/2023 a set/2023	2º período avaliativo out/2023 a mar/2024	É superável? 1º período avaliativo	É superável? 2º período avaliativo
1. Índice de satisfação dos servidores em relação à TI	-	12%	-	≥ 75%	-	Sim
2. Índice de tempestividade na atualização do repositório de dados analíticos	12,5%	11%	≥ 95%	≥ 95%	Parcialmente	Parcialmente
3. Índice de disponibilidade do Portal	12,5%	11%	≥ 95%	≥ 95%	Parcialmente	Parcialmente
4. Índice de disponibilidade das soluções que suportam as sessões colegiadas	12,5%	11%	≥ 90%	≥ 90%	Parcialmente	Parcialmente
5. Índice de disponibilidade da rede corporativa	12,5%	11%	≥ 97%	≥ 97%	Parcialmente	Parcialmente
6. Índice de tempo de resposta da rede corporativa	12,5%	11%	≥ 97,5%	≥ 97,5%	Parcialmente	Parcialmente
7. Índice de capacidade computacional livre	12,5%	11%	≥ 20%	≥ 20%	Parcialmente	Parcialmente
8. Índice de tempestividade nas contratações de TI	12,5%	11%	≥ 90%	≥ 90%	Parcialmente	Parcialmente
9. Índice de disponibilidade do LabContas,	12,5%	11%	≥ 95%	≥ 95%	Parcialmente	Parcialmente
	100%	100%				

Portfólio de Indicadores

Descrição	Peso 3º período avaliativo	Peso 4º período avaliativo	3º período avaliativo abr/2024 a set/2024	4º período avaliativo out/2024 a mar/2025	É superável? 3º período avaliativo	É superável? 4º período avaliativo
10. Índice de satisfação dos servidores em relação à TI	-	12%	-	≥ 75%	-	Sim
11. Índice de tempestividade na atualização do repositório de dados analíticos	12,5%	11%	≥ 95%	≥ 95%	Parcialmente	Parcialmente
12. Índice de disponibilidade do Portal	12,5%	11%	≥ 95%	≥ 95%	Parcialmente	Parcialmente
13. Índice de disponibilidade das soluções que suportam as sessões colegiadas	12,5%	11%	≥ 90%	≥ 90%	Parcialmente	Parcialmente
14. Índice de disponibilidade da rede corporativa	12,5%	11%	≥ 97%	≥ 97%	Parcialmente	Parcialmente
15. Índice de tempo de resposta da rede corporativa	12,5%	11%	≥ 97,5%	≥ 97,5%	Parcialmente	Parcialmente
16. Índice de capacidade computacional livre	12,5%	11%	≥ 20%	≥ 20%	Parcialmente	Parcialmente
17. Índice de tempestividade nas contratações de TI	12,5%	11%	≥ 90%	≥ 90%	Parcialmente	Parcialmente
18. Índice de disponibilidade do LabContas,	12,5%	11%	≥ 95%	≥ 95%	Parcialmente	Parcialmente
	100%	100%				

Indicadores

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo
1. Índice de satisfação dos servidores em relação à TI	Percentual médio de satisfação obtido a partir das respostas às questões específicas sobre o tema, em pesquisa específica inerente à TI.	(somatório da quantidade de respostas favoráveis (i) / total de respostas (i) / total de questões), onde i = 1 a (total de questões)
2. Índice de tempestividade na atualização do repositório de dados analíticos	Percentual das bases de dados do catálogo de bases carregadas no repositório em até trinta dias do recebimento no TCU. Para fins de cálculo desse indicador serão consideradas apenas as bases com previsão de cargas regulares.	(quantidade de bases de dados analíticos carregadas com sucesso em até 30 dias do seu recebimento / total de bases de dados analíticos recebidas) * 100
3. Índice de disponibilidade do Portal	Percentual de disponibilidade do Portal, para os servidores, durante o horário de funcionamento do TCU.	(tempo de disponibilidade de acesso ao Portal / tempo total previsto de disponibilidade de acesso ao Portal) *100
4. Índice de disponibilidade das soluções que suportam as sessões colegiadas	Percentual de disponibilidade das soluções que suportam o funcionamento das sessões colegiadas, durante o horário de funcionamento do TCU.	(tempo de disponibilidade do funcionamento das soluções / tempo total previsto de funcionamento das soluções) *100
5. Índice de disponibilidade da rede corporativa	Percentual de disponibilidade dos serviços de rede local e de longa distância oferecidos ao TCU	[(percentual de disponibilidade da rede LAN * 2 + percentual de disponibilidade da rede sem fio * 1 + percentual de disponibilidade da internet * 2 + percentual de disponibilidade da rede de longa distância * 3)/8] * 100

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo
6. Índice de tempo de resposta da rede corporativa	Percentual médio do tempo de resposta das redes corporativas	$[(\text{percentual tempo resposta Rede LAN} + \text{percentual tempo resposta Rede WAN} + \text{percentual tempo resposta Internet}) / 3] * 100$
7. Índice de capacidade computacional livre	Percentual de capacidade de processamento e memória disponíveis para cargas de trabalho	$(\text{TxCPUlivre} + \text{TxMemorialivre}) / 2$
8. Índice de tempestividade nas contratações de TI	Percentual de quantidade de processos de contratação encaminhados antes de 90 dias do prazo limite para contratação	Quantidade de processos de contratação encaminhados antes de 90 dias do prazo limite / total de processos encaminhados
9. Índice de disponibilidade do LabContas	Percentual de disponibilidade do LabContas, para os servidores, durante o horário de funcionamento do TCU.	$(\text{tempo de disponibilidade de acesso ao LabCotnas} / \text{tempo total previsto de disponibilidade de acesso ao LabContas}) * 100$

Indicadores Gerenciais

Nº	Tema	Indicador	Descrição / Finalidade	Meta de Curto Prazo (6 meses)	Fórmula de Cálculo
2	Ampliação e universalização do uso de Inteligência Artificial	Número de funcionalidades de IA integradas a sistemas corporativos	Medir o avanço da IA na automação e inteligência de processos	Gerencial	Soma Funcionalidades de IA integradas nos sistemas corporativos
3	Nuvem pública – Transformação cultural e operacional	Tempo médio de entrega do CCoE	Mede o tempo médio entre a entrada de demanda no backlog do CCoE e sua entrega efetiva, refletindo o valor agregado ao usuário final.	Gerencial	Σ (Data de entrega – Data de entrada no backlog)
6	Indução de iniciativas inovadoras	Nº de servidores da Setid capacitados em temas afetos à inovação (ex. Inteligência Artificial, design thinking, negociação, agilidade)	Quantidade de servidores da Setid que participaram de ações de capacitação relacionadas a temas voltados à inovação, tais como Inteligência Artificial, design thinking, negociação, metodologias ágeis, entre outros	Gerencial	Total de servidores únicos da Setid que participaram de pelo menos uma capacitação em temas de inovação
		Tempo médio de atendimento às solicitações de criação de ambientes para experimentação (sandbox)	Média de tempo, em dias úteis, entre a solicitação e a disponibilização de ambientes de experimentação (sandbox) para testes, provas de conceito ou iniciativas de inovação tecnológica	Gerencial	Σ (Data de disponibilização – Data da solicitação)

Nº	Tema	Indicador	Descrição / Finalidade	Meta de Curto Prazo (6 meses)	Fórmula de Cálculo
8	Protagonismo internacional	Número de parcerias institucionais internacionais formalizadas	Total de acordos, cooperações ou memorandos estabelecidos com entidades estrangeiras ou redes internacionais.	Gerencial	Total de parcerias institucionais internacionais formalizadas no período
		Número de eventos voltados ao compartilhamento tecnológico	Quantidade de encontros, webinars ou oficinas com foco em troca de experiências internacionais.	Gerencial	Total de eventos realizados com foco em troca de experiências tecnológicas no período
		Número de servidores capacitados em práticas de transformação digital	Total de participantes em formações sobre estratégias e ferramentas como LotaScan e SAI-ITMA.	Gerencial	Total de servidores participantes de formações sobre práticas de transformação digital